

SINDÁGUA

REGISTRO

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Pur. e Distrib. de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais - 30 de agosto de 2005 - nº 217

CUT

UNIVERSALIZAÇÃO

Isto é o que o povo exige para o saneamento

Começam os estudos da GDI e PL 2005

Foram realizadas na última semana as primeiras reuniões entre as comissões de representantes dos trabalhadores e da empresa para definir três documentos de suma importância: as regras para a GDI, a PL 2005 e o novo PCCS. Devemos lembrar que o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) deste ano patenteou a disposição da empresa em estabelecer regras transparentes e universais na definição de metas e apuração de resultados. O SINDÁGUA mantém contrato com o Dieese para dar suporte nas discussões da GDI e da PL.

O SINDÁGUA sempre esteve à frente na luta pelos serviços de saneamento universalizado para toda a sociedade e nos pautamos pela defesa que sempre fizemos das empresas estatais, cobrando do Estado a sua responsabilidade constitucional por um serviço vital para a população.

A Copasa editou matéria em seu informativo "Gota d'Água", onde despeja inverdades contra a representação sindical.

Reforçamos neste jornal nossa posição intransigente pela legalidade administrativa, pelos compromissos sociais que são responsabilidade da empresa. Lamentamos que o esforço desempenhado por tantos companheiros em favor da Copasa e do saneamento estejam sendo incompreensivelmente distorcidos.

Pelo respeito à luta dos trabalhadores e da sociedade, defendemos uma administração transparente nos serviços de saneamento básico e parece ser este o maior pecado que cometemos.

PÁGINAS 2 e 3

Fundação Dom Cabral fará o PCCS da COPASA

Os erros de orientação foram muitos e foi preciso recorrer a socorro externo. PÁGINA 3

A ética leva surra em país de corruptos

Os processos de apuração das CPI's no Congresso mostram que a corrupção tem vida longa entre os políticos e não tem nada de novidade. Corruptos agora flagrados são os mesmos de antes. A novidade é a contaminação geral dos partidos. O processo de reconstrução ética só será possível se todos os envolvidos na corrupção forem exemplarmente punidos. PÁGINA 4

Universalização Defendemos a universalização e a responsabilidade do Estado

Informações veiculadas através do boletim "Gota d'Água" mostram a brutal distorção de uma realidade uma luta de todos os companheiros que passaram pelo SINDÁGUA.

Matéria que parece ter sido feita sob encomenda com a finalidade de desgastar a direção do Sindicato. Mas cometeu tantos enganos e disparates, que pode ser facilmente desmascarada pela própria história recente da empresa e pela memória de lutas dos trabalhadores.

O texto "jornalístico" trabalhou com duas afirmações sem sustentação:

1- Informa que o SINDÁGUA estaria apoiando, sem ressalvas, o projeto do governo para a regulamentação do setor de saneamento e que o sindicato estaria trabalhando contra a existência das empresas estatais;

2- Tenta plantar na boca de diretor do Sindicato a defesa de demissão de trabalhadores que trabalhem em municípios que a Copasa por ventura venha devolver a concessão.

Privatização não!

A matéria do "Gota d'Água" tenta passar a idéia de que estaríamos apoiando incondicionalmente o projeto do governo federal para o setor de saneamento. Chegaram a esta conclusão por não termos acenado apoio de "cabo a rabo" ao projeto da AESB (Associação das Empresas de Saneamento Básico).

Queremos alertar que tanto no projeto do governo quanto no da AESB existem alguns propósitos

dos quais discordamos. Não apoiamos incondicionalmente nem o projeto do governo nem o da AESB e encaminhamos várias emendas, através da FNU (Federação Nacional dos Urbanitários) ao projeto que tramita no Congresso Nacional.

Este tipo de matéria pode estar a serviço da privatização, embutida na proposta defendida pela AESB para o saneamento, posição que vamos combater sempre.

Se no projeto do governo temos algumas ameaças ao subsídio cruzado e traz um confuso consórcio de municípios, na proposta da AESB está embutida facilidades para o processo de privatização das empresas estatais de saneamento. **A proposta de privatização das empresas de saneamento tem ferrenhos defensores dentro da própria Copasa** e suas posições sempre se chocaram com as dos representantes dos trabalhadores. O tipo de raciocínio elaborado no boletim mostra que defensores da proposta de privatização estão bem perto do poder na Copasa.

Curiosamente, tal acusação grosseira contra o Sindicato veio depois de um acordo importante, em que a entidade, inclusive, solicitou maior espaço para a ação do sindicato na defesa das questões institucionais da empresa, caminhando no sentido da defesa da empresa pública e da renovação de concessões vindicadas. Nos empenhamos em acompanhar e defender as propostas para o setor de saneamento e, sobretudo, a integridade das empresas estatais.

As inverdades do **Gota d'Água** não se sustentam ainda por vários

outros motivos. O SINDÁGUA por diversas vezes publicou textos em que defende o instituto do subsídio cruzado, como forma de socorrer os municípios deficitários, garantindo o caráter social da atividade do saneamento. **Demonstramos tal preocupação intensamente, quando estava sendo discutido o novo contrato da empresa com a Prefeitura de Belo Horizonte, apelando para que o "superávit" de receita alcançado na capital se destinasse a socorrer os demais municípios, embasado no princípio que defendemos para universalização do saneamento.** Chegamos também a levantar várias questões polêmicas que deveriam ser melhor discutidas. Um deles é a proposta dos consórcios municipais, prevista no projeto do governo, que pode se tornar impraticável pelas enormes disparidades entre eles, que faria prevalecer um sobre o outro e impedir as condições ideais para a universalização dos serviços. O estabelecimento dos consórcios ficaria dificultado pelas diferenças entre os municípios e pela complexidade, da captação e distribuição de água ou exigências maiores na coleta e tratamento de esgotos.

Tivemos inclusive sérios problemas em momento que fomos obrigados a intervenção em reuniões ameaçadoras em câmaras municipais, agindo contra a intenção de alguns prefeitos e mesmo vereadores desejosos na quebra da concessão dos serviços



com a Copasa. Isto aconteceu em municípios como Almenara, Barroso, Frutal, Itajubá, Leopoldina e Teófilo Otoni. No último ano, por exemplo, fomos seriamente ameaçados na cidade de Almenara. Uma caravana de diretores e delegados sindicais se deslocou para a cidade para defender os interesses da empresa, contra os atos de um prefeito autoritário, que literalmente invadiu as dependências da Copasa, deixando a todos em grave risco com operação do sistema por pessoas sem capacitação técnica e profissional para o serviço.

Nesta mesma época, infelizmente, a Copasa adotou uma política truculenta no trato com os chefes dos executivos municipais, ameaçando cortar serviços, totalmente refratária a negociações. Vários municípios ameaçaram cassar as concessões. Chegou ao ponto de o governador Aécio Neves institucionalizar na Copasa um nome para as negociações políticas com os prefeitos, pois o ex-presidente mostrara ser autoritário e irresponsável com os interesses públicos de um serviço essencial para o povo, criando arestas com municípios.

Preocupações com a estagnação da empresa

No último ano, a empresa colheu resultados muito aquém da sua capacidade técnica e operacional, chegando inclusive a repercutir negativamente no tamanho da PL recebida pelos trabalhadores. A incapacidade administrativa de cumprir o Programa de Investimento prejudicou o nosso direito como um "reductor". Demonstrou também que a Copasa entrou em uma curva descendente em seu volume de obras. Em 2003/2004 a empresa gastou quase toda a sua energia em intermináveis seminários internos, em reuniões sistemáticas que seguiam a burocracia e a lógica autoritária daquele momento. Todos se lembram do amontoado de livrinhos ricamente editados, que hoje desapareceram para a felicidade de quem não tinha mais



Clima de guerra para segurar a concessão em Almenara

paciência com tanta papelada promocional.

Repete-se processo semelhante, em que a empresa volta a quase estagnação, comprometendo o plano de obras. A reestruturação administrativa, implementada pelo novo presidente deve ser considerada importante, principalmente em sua

estruturação por bacias hidrográficas. A forma como foi implantada, no entanto, desconsidera todo um histórico profissional dentro da empresa. Vários profissionais foram exonerados e trocados de postos de forma constrangedora, criando um clima de descontentamento e de insegurança. Ao mesmo tempo, está sendo exagerado o tamanho da região metropolitana, que chega, por exemplo, até a cidade Luz,

tipicamente num "ali de mineiro". Tudo vem sendo praticado, na verdade, no sentido de redefinição e concentração de "poder", contrariando iniciativa após 1997 em que a empresa buscava a descentralização administrativa.

Estas preocupações devem ser cobradas dos diretores que têm responsabilidades históricas com o corpo de trabalhadores, com a preservação da empresa e com os resultados esperados pelo Estado. Estes diretores devem refletir sobre todo o esforço profissional, do investimento pessoal de tantos companheiros, da experiência e treinamentos investidos pela empresa, para um planejamento de médio e de longo prazos que sempre posicionaram a Copasa como modelo de padrão entre os empreendimentos ligados ao saneamento.

Este equilíbrio administrativo e de perspectivas para os trabalhadores é determinante para que a empresa cumpra seus propósitos e para que o governador Estado possa olhar para a frente com a certeza do dever cumprido.

PCCS começa a ser feito

"Tudo que está remendado não fica prestando." A regra geral caiu como uma luva para o Plano de Cargos, Carreiras e Salários elaborado pela Copasa. Apesar dos insistentes apelos do Sindicato para que a elaboração do novo PCCS tivesse a participação dos trabalhadores, o setor de RH da empresa "trancou" o projeto e se limitava a informar o que estava

sendo feito. E o PCCS foi se transformando numa verdadeira colcha de retalhos, que penalizou a expectativa de grande parcela dos trabalhadores, gerando o descontentamento geral na empresa.

Agora, a informação comprova que nada estava mesmo bom: um novo PCCS deverá ser elaborado pela Fundação Dom Cabral, que tem até dezembro para concluí-lo.

Segundo o setor de RH, no entanto, os reenquadramentos previstos para setembro deverão ser realizados, para que sejam corrigidas falhas gritantes, principalmente de desvios de função. Os trabalhos relacionados ao PCCS serão acompanhados pelos representantes dos sindicatos.

O SINDÁGUA continuará tendo o suporte da consultoria contratada.

Mistura política em salada de corrupção

Quando o candidato Lula da Silva acabara de ganhar à presidência da República na histórica eleição por povo ávido de justiça e de “inversão de prioridades”, uma declaração sua marcava as benesses da democracia mas também a falta de brio pela vitória em uma guerra. Lula afirmara, com todas as letras, que uma revolução começava a ser feita, sem o derramamento de sangue, marcando em todos nós a palavra “esperança” como senha de seu futuro governo.

Lula à parte, o PT também chegava ao governo sem superar plenamente uma tese acadêmica que permeava todos os debates durante e após a ditadura militar: a possibilidade de chegar ao poder por dentro, ou seja, em composição com forças de centro-direita, ou se se buscava uma conquista limpa, sem oportunistas e sem adversários na garupa. Sabe-se muito bem hoje qual foi a escolha e os resultados estão aí, trágicos.

A sujeira apurada pela CPI chegou a gatos de todas as cores e não seria

fácil apontar quem seria o inventor da corrupção. Mais ainda, denunciantes e denunciados sob o foco das televisões se mostram escolados na matéria. O fato mais marcante, destacado como regular pela imprensa, mas pouco esclarecido, é a calcificação da certeza da impunidade na consciência popular. As brechas de um sistema político eleitoral deixam a bandidagem bem longe de algo bem próximo do cidadão co-

mum socialmente marginalizado: a cadeia. Alguns se safam com uma simples renúncia, para não serem cassados, podendo voltar em outra eleição. Há até quem esteja na cadeia e tente comprar a diminuição da pena através da delação de clientes políticos de seus crimes.

A corrupção é mais antiga que o próprio PT e não seriam falsificadores de resultados no painel do Congresso, egressos das sombras do poder militar e do coronelismo político que passariam a usufruir de princípios de honestidade diante da opinião pública. O partido paga caro pela sua escolha de composição política e por ter

abandonado os seus ideais de “inversão de prioridades”, de reaquecimento da atividade produtiva, do fim dos juros escorchantes, que penalizam o consumo e os pobres que só podem comprar a crédito. O PT abandonou seu projeto histórico e repetiu no governo os mecanismos usados pelos novos parceiros de conchavos e de composição governamental. Parece mesmo que optar pelos adversários na garupa pode não ter sido uma boa escolha para o PT. O partido devia se bastar com suas discussões

internas, sua foice afiada para atirar divergentes às cobras, expulsão dos que não comungam e não rezam na sua cartilha.

Além de se sujeitar em montar um governo misturado a espécimes antigas da política clientelista, o PT expôs a público suas desavenças, tentou impor nome de gosto pessoal na presidência da Câmara e engoliu um severino, misturou-se a “colloridos” e a remanescentes das sombras da ditadura. Colhe os resultados que apenas não

sepultam a esperança por que sabemos que ela não morre enquanto há vida. O pouco tempo que resta neste governo deve ser gasto exorcizando seus próprios erros e se livrando do lixo que levou para dentro de casa.